

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.212 RIO
GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MARCOS ALBERTON
ADV.(A/S)	: DENYSE THIVES DE CARVALHO MORATELLI E OUTRO(A/S)

E M E N T A: CADERNETAS DE POUPANÇA – PAGAMENTO DA DIFERENÇA DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE JUNHO/87 E DE JANEIRO/89 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA POR ENTIDADE ASSOCIATIVA (PROJUST) – SENTENÇA COLETIVA GENÉRICA, QUE A JULGOU PROCEDENTE, ESTENDENDO A SUA EFICÁCIA “A TODOS OS POUPADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA”, MESMO ÀQUELES QUE NÃO SÃO ASSOCIADOS DE REFERIDA ENTIDADE – CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO – COISA JULGADA EM SENTIDO MATERIAL – INDISCUTIBILIDADE, IMUTABILIDADE E COERCIBILIDADE: ATRIBUTOS ESPECIAIS QUE QUALIFICAM OS EFEITOS RESULTANTES DO COMANDO SENTENCIAL – SUPERVENIÊNCIA, NO ENTANTO, DE JULGAMENTO EMANADO DO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA SUPREMA CORTE (ARE 901.963-RG/SC, REL. MIN. TEORI ZAVASCKI), QUE ENTENDEU DESTITUÍDO DE REPERCUSSÃO GERAL LITÍGIO IDÊNTICO AO VERSADO NA PRESENTE CAUSA, POR TRATAR-SE DE MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

– A repercussão geral, como pré-requisito de admissibilidade do apelo extremo, supõe a existência de litígio constitucional impregnado de transcendência econômica, política, social ou jurídica, assim declarada pelo Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A), de tal modo que, negada a sua existência em causa anterior, tornar-se-á insuscetível de conhecimento

ARE 905212 AGR / RS

qualquer outro recurso extraordinário que veicule igual controvérsia, a significar, portanto, que a decisão que proclamar inexistente a repercussão geral valerá “para todos os recursos sobre questão idêntica” (RISTF, art. 326, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007). Precedentes: RE 659.109-RG-ED/BA, Rel. Min. LUIZ FUX (Pleno); ARE 904.731-Agr/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g..

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Celso de Mello (RISTF, art. 37, II), na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

CELSO DE MELLO – RELATOR

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.212 RIO
GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MARCOS ALBERTON
ADV.(A/S)	: DENYSE THIVES DE CARVALHO MORATELLI E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de recurso de agravo, *tempestivamente interposto*, contra decisão **que conheceu** do agravo (**previsto e disciplinado na Lei nº 12.322/2010**), **para negar seguimento** ao recurso extraordinário deduzido pela Caixa Econômica Federal.

Inconformada com esse ato decisório, a parte ora agravante **interpõe** o presente recurso, **postulando** o provimento do apelo extremo que deduziu.

Por não me convencer das razões expostas, **submeto à apreciação desta colenda Turma** o **presente** recurso de agravo.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.212 RIO
GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Não assiste razão à parte ora recorrente.

Com efeito, a Caixa Econômica Federal, ao deduzir o recurso extraordinário, sustentou que o Tribunal “a quo” teria transgredido o texto da Constituição da República, ao decidir que o precedente firmado no RE 573.232/SC não abrange nem se estende à *sentença genérica proferida em sede de ação civil coletiva* ajuizada por entidade associativa (PROJUST), em virtude de o “*decisum*” achar-se protegido pela autoridade da coisa julgada, considerado o que se contém na parte dispositiva do ato sentencial em questão, alcançando, por isso mesmo, *todos os poupadores* do Estado de Santa Catarina, não se limitando, em consequência, aos respectivos associados.

Tal como ressaltado na decisão ora agravada, não há como dar trânsito ao recurso extraordinário, eis que a parte agravante, *na realidade*, busca rescindir, de maneira absolutamente imprópria, o acórdão **confirmatório** da sentença **proferida** nos autos da ACP nº 2003.72.00.004511-8 (2ª Vara Federal de Florianópolis/SC), **visando a um indevido reexame** de questão **já resolvida** em decisão **impregnada da autoridade da coisa julgada em sentido material**.

Na verdade, o que a Caixa Econômica Federal realmente pretende é **desconsiderar** a “*res judicata*” **quando objetiva alterar o que a sentença genérica fez consignar em seu dispositivo**, assegurando a “*todos os poupadores do Estado de Santa Catarina, que tinham depósitos anteriores a 15.06.87 e/ou a 15.1.1989*”, o **direito** ao pagamento da diferença dos

ARE 905212 AGR / RS

expurgos inflacionários **concernentes** aos depósitos **mantidos** em caderneta de poupança.

Não custa enfatizar que a orientação jurisprudencial **que prevaleceu no Plenário** desta Suprema Corte *quanto ao Tema nº 82* na sistemática da Repercussão Geral **em nada aproveita** à parte recorrente, **eis** que o ato sentencial **proferido** na ação civil coletiva de que resultou o título exequendo, **examinado, precisamente, em razão do que se contém em sua parte dispositiva, apresenta-se** revestido, *no caso ora em exame, da autoridade da coisa julgada, o que o torna insuscetível de reforma*, tal como **corretamente** assinalou o acórdão objeto do recurso extraordinário em questão.

Disso resulta o *significativo relevo que assume*, na resolução do litígio, **o conteúdo veiculado no dispositivo** da sentença, **pois é nele** que o magistrado **resolve** as questões que as partes lhe submeteram (**CPC**, art. 458, III).

É por isso que a coisa julgada em sentido material alcança a parte dispositiva, tal como esta Suprema Corte **tem enfatizado**: “A coisa julgada em sentido material restringe-se à parte dispositiva do ato sentencial ou àqueles pontos que, substancialmente, hajam sido objeto de provimento jurisdicional, quer de acolhimento, quer de rejeição do pedido” (**RTJ 133/1311**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Não constitui demasia rememorar, no ponto, *por oportuno, que a motivação da sentença acha-se excluída dos limites objetivos da coisa julgada material (RSTJ 90/199, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO – RSTJ 92/180, Rel. Min. NILSON NAVES, v.g.), pois – insista-se – “A coisa julgada incide apenas sobre o dispositivo propriamente dito da sentença, não sobre seus motivos ou sobre questão prejudicial, salvante, quanto a esta, a propositura de ação declaratória incidental” (RSTJ 140/405, Rel. Min. BARROS MONTEIRO – grifei).*

ARE 905212 AGR / RS

Daí a advertência dos Tribunais, cuja jurisprudência (RT 796/267) – apoiada no ensinamento da doutrina (NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, “Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante”, p. 873, itens ns. 1 e 2, 14ª ed., 2014, RT, v.g.) – assim se tem pronunciado:

“PROCESSUAL CIVIL. TRANSAÇÃO. COISA JULGADA MATERIAL. ‘OBITER DICTUM’.

1. O art. 469, I, do CPC é categórico ao preconizar que não fazem coisa julgada ‘os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença’, de forma que apenas o dispositivo é recoberto pela intangibilidade prevista no art. 467 do CPC.

.....
3. No caso vertente, os motivos sobejaram a expressa decisão contida no dispositivo, e, nesse caso, a ambigüidade há de ser solucionada em favor deste último, o qual deve prevalecer em prejuízo da fundamentação.

4. Argumento de caráter narrativo que não constitui pressuposto lógico para atingir-se o provimento inserto no dispositivo consubstancia-se em verdadeiro ‘obiter dictum’, mera ponderação realizada pelo julgador, que não se reveste do manto da coisa julgada. (...).”

(REsp 968.384/RJ, Rel. Min. CASTRO MEIRA – grifei)

Há que se ter presente, desse modo, a parte dispositiva da sentença proferida na já mencionada ação civil pública (e mantida pelo E. TRF/4ª Região), cujo teor é o seguinte:

“III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, (a) rejeito as preliminares, (b) afasto a arguição prescrição quinquenal, (c) acolho os pedidos e extingo o

ARE 905212 AGR / RS

*processo com julgamento do mérito, a teor do art. 269, I, do CPC.
Por conseguinte:*

*‘1) condeno a Caixa Econômica Federal a reajustar os depósitos mantidos em caderneta de poupança por todos os poupadores do Estado de Santa Catarina, que tinham depósitos anteriores a 15.06.87 e/ou a 15.1.1989, pelos percentuais de: – **26,06%** referente à diferença entre a correção paga com base na LBC e a que deveria ser aplicada (IPC), para todas as cadernetas de poupança iniciadas ou com aniversário até 15.6.1987, inclusive; e*

*– **42,72%** concernente à diferença entre a correção efetivamente paga pela LFT e que deveria ter sido aplicada (IPC), para todas as cadernetas de poupança iniciadas ou com aniversário até 15.1.1989, inclusive;*

2) condeno também a caixa Econômica Federal, a pagar aos mesmos poupadores, as diferenças verificadas de acordo com os índices de correção referidos no item anterior, sobre as quais incidem os juros compensatórios da poupança (0,5% ao mês), desde a data em as respectivas diferenças eram devidas, e mais os juros moratórios de 0,5% ao mês, estes contados da citação neste processo.’ (...).” (grifei)

Cabe insistir, de outro lado, na asserção **de que a superveniência** de julgamento plenário do Supremo Tribunal Federal em sede de fiscalização normativa abstrata, **quer declarando** a inconstitucionalidade, **quer reconhecendo** a constitucionalidade de determinado diploma normativo, **quer, ainda, decidindo** certa controvérsia jurídica com observância da sistemática da repercussão geral (CPC, art. 543-B), **não se qualifica**, por si só, como fator de invalidação da sentença proferida **em momento anterior**, pois indispensável, em tal caso, **a utilização**, pela parte interessada, do sistema recursal **ou**, em caso de trânsito em julgado, **o ajuizamento**, no prazo decadencial de 02 (dois) anos, da pertinente ação rescisória.

ARE 905212 AGR / RS

Não custa rememorar, por relevante, que a sentença genérica, em sede de ação civil coletiva, **foi proferida**, no contexto ora em exame, em **05/08/2005**, **com trânsito em julgado consumado em 08/10/2012**, ou seja, em momento **que precedeu** ao julgamento plenário do RE 573.232/SC, ocorrido em 14/05/2014.

Vê-se, daí, que a pretensão recursal deduzida pela Caixa Econômica Federal **conflita com diretriz jurisprudencial** firmada por esta Corte Suprema, **inclusive** por seu Egrégio Plenário:

“CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PRECEITO NORMATIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFICÁCIA NORMATIVA E EFICÁCIA EXECUTIVA DA DECISÃO: DISTINÇÕES. INEXISTÊNCIA DE EFEITOS AUTOMÁTICOS SOBRE AS SENTENÇAS JUDICIAIS ANTERIORMENTE PROFERIDAS EM SENTIDO CONTRÁRIO. INDISPENSABILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO OU PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA SUA REFORMA OU DESFAZIMENTO.

1. A sentença do Supremo Tribunal Federal que afirma a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo gera, no plano do ordenamento jurídico, a consequência (= eficácia normativa) de manter ou excluir a referida norma do sistema de direito.

2. Dessa sentença decorre também o efeito vinculante, consistente em atribuir ao julgado uma qualificada força impositiva e obrigatória em relação a supervenientes atos administrativos ou judiciais (= eficácia executiva ou instrumental), que, para viabilizar-se, tem como instrumento próprio, embora não único, o da reclamação prevista no art. 102, I, 'I', da Carta Constitucional.

3. A eficácia executiva, por decorrer da sentença (e não da vigência da norma examinada), tem como termo inicial a data da publicação do acórdão do Supremo no Diário Oficial (art. 28 da Lei 9.868/1999). É, conseqüentemente, eficácia que atinge atos administrativos e decisões judiciais supervenientes a essa publicação,

ARE 905212 AGR / RS

não os pretéritos, ainda que formados com suporte em norma posteriormente declarada inconstitucional.

4. Afirma-se, portanto, como tese de repercussão geral, que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente; para que tal ocorra, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria, nos termos do art. 485, V, do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado.

5. No caso, mais de dois anos se passaram entre o trânsito em julgado da sentença no caso concreto reconhecendo, incidentalmente, a constitucionalidade do artigo 9º da Medida Provisória 2.164-41 (que acrescentou o artigo 29-C na Lei 8.036/90) e a superveniente decisão do STF que, em controle concentrado, declarou a inconstitucionalidade daquele preceito normativo, a significar, portanto, que aquela sentença é insuscetível de rescisão.

6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.”

(RE 730.462/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – grifei)

“– A sentença de mérito transitada em julgado só pode ser desconstituída mediante ajuizamento de específica ação autônoma de impugnação (ação rescisória) que haja sido proposta na fluência do prazo decadencial previsto em lei, pois, com o exaurimento de referido lapso temporal, estar-se-á diante da coisa soberanamente julgada, insuscetível de ulterior modificação, ainda que o ato sentencial encontre fundamento em legislação que, em momento posterior, tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, quer em sede de controle abstrato, quer no âmbito de fiscalização incidental de constitucionalidade.

– A superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal, declaratória de inconstitucionalidade de diploma normativo utilizado como fundamento do título judicial questionado, ainda que

ARE 905212 AGR / RS

impregnada de eficácia 'ex tunc' – como sucede, ordinariamente, com os julgamentos proferidos em sede de fiscalização concentrada (RTJ 87/758 – RTJ 164/506-509 – RTJ 201/765) –, não se revela apta, só por si, a desconstituir a autoridade da coisa julgada, que traduz, em nosso sistema jurídico, limite insuperável à força retroativa resultante dos pronunciamentos que emanam, 'in abstracto', da Suprema Corte. Doutrina. Precedentes. (...)."

(RE 592.912-AgR/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Torna-se importante destacar, neste ponto, tal como fiz consignar em referidos julgamentos, o alto significado de que se reveste, em nosso sistema jurídico, o instituto da "res judicata", que constitui atributo específico da jurisdição e que se projeta na dupla qualidade que tipifica os efeitos emergentes do ato sentencial: a imutabilidade, de um lado, e a coercibilidade, de outro.

Esses atributos que caracterizam a coisa julgada em sentido material, notadamente a imutabilidade dos efeitos inerentes ao comando sentencial, objetivam criar situação de certeza, de estabilidade e de segurança para as relações jurídicas.

É por essa razão que HUMBERTO THEODORO JÚNIOR ("Curso de Direito Processual Civil", vol. I/539-540, item n. 509, 51ª ed., 2010, Forense), discorrendo sobre o fundamento da autoridade da coisa julgada, esclarece que o legislador, ao instituir a "res judicata", objetivou atender, tão somente, "uma exigência de ordem prática (...), de não mais permitir que se volte a discutir acerca das questões já soberanamente decididas pelo Poder Judiciário", expressando, desse modo, a verdadeira razão de ser do instituto em questão: preocupação em garantir a segurança nas relações jurídicas e em preservar a paz no convívio social.

Mostra-se tão intensa a intangibilidade da coisa julgada que nem mesmo lei posterior – que haja alterado (ou, até mesmo, revogado) prescrições normativas que tenham sido aplicadas, jurisdicionalmente,

ARE 905212 AGR / RS

na resolução do litígio – **tem o poder de afetar ou de desconstituir** a autoridade da coisa julgada, **consoante adverte, em preciso magistério**, JOSÉ FREDERICO MARQUES (“Manual de Direito Processual Civil”, vol. III/329, item n. 687, 2ª ed./2ª tir., 2000, Millennium Editora).

Não custa enfatizar, de outro lado, **na perspectiva da eficácia preclusiva** da “res judicata”, que, **mesmo em sede de execução**, não mais se justifica a **renovação** do litígio que foi objeto de resolução no processo de conhecimento, **especialmente** quando a decisão que apreciou a controvérsia **apresenta-se revestida** da autoridade da coisa julgada, **hipótese em que**, nos termos do art. 474 do CPC, “**reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor (...) à rejeição do pedido**” (grifei).

Cabe ter presente, neste ponto, **a advertência** da doutrina (NELSON NERY JUNIOR/ROSA MARIA ANDRADE NERY, “Código de Processo Civil Comentado”, p. 709, 10ª ed., 2007, RT), **cujo magistério** – em lição **plenamente** aplicável ao caso ora em exame – **assim analisa** o princípio do “**tantum judicatum quantum disputatum vel disputari debebat**”:

“Transitada em julgado a sentença de mérito, as partes ficam impossibilitadas de alegar qualquer outra questão relacionada com a lide sobre a qual pesa a autoridade da coisa julgada. A norma reputa repelidas todas as alegações que as partes poderiam ter feito na petição inicial e contestação a respeito da lide e não o fizeram. Isto quer significar que não se admite a propositura de nova demanda para rediscutir a lide, com base em novas alegações.” (grifei)

Esse entendimento – que sustenta a **extensão** da autoridade da coisa julgada em sentido material **tanto** ao que foi **efetivamente** arguido **quanto** ao que **poderia** ter sido alegado, *mas não o foi*, **desde** que, *porém*, tais alegações e defesas **se contenham** no objeto do processo – **também encontra apoio** no magistério doutrinário **de outros** eminentes autores,

ARE 905212 AGR / RS

tais como HUMBERTO THEODORO JÚNIOR (“Curso de Direito Processual Civil”, vol. I/550-553, itens ns. 516/516-a, 51ª ed., 2010, Forense), VICENTE GRECO FILHO (“Direito Processual Civil Brasileiro”, vol. 2/267, item n. 57.2, 11ª ed., 1996, Saraiva), MOACYR AMARAL SANTOS (“Primeiras Linhas de Direito Processual Civil”, vol. 3/56, item n. 754, 21ª ed., 2003, Saraiva), EGAS MONIZ DE ARAGÃO (“Sentença e Coisa Julgada”, p. 324/328, itens ns. 224/227, 1992, Aide) e JOSÉ FREDERICO MARQUES (“Manual de Direito Processual Civil”, vol. III/332, item n. 689, 2ª ed., 2000, Millennium Editora).

Lapidar, sob tal aspecto, a **autorizadíssima** lição de ENRICO TULLIO LIEBMAN (“Eficácia e Autoridade da Sentença”, p. 52/53, item n. 16, nota de rodapé, tradução de Alfredo Buzaid/Benvindo Aires, 1945, Forense), **que, ao referir-se** ao tema **dos limites objetivos** da coisa julgada, **acentua** que esta **abrange** “tanto as questões que foram discutidas como as que o poderiam ser”:

*“(...) se uma questão **pudesse** ser discutida no processo, **mas de fato não o foi, também a ela se estende**, não obstante, **a coisa julgada**, no sentido de que aquela questão não poderia ser utilizada para negar ou contestar o resultado a que se chegou naquele processo. **Por exemplo**, o réu **não opôs** uma série de deduções defensivas que **teria** podido opor, e foi condenado. **Não poderá ele** valer-se daquelas deduções **para contestar** a coisa julgada. A finalidade prática do instituto **exige** que a coisa julgada permaneça firme, **embora** a discussão das questões relevantes tenha sido **eventualmente** incompleta; **absorve ela**, desse modo, necessariamente, **tanto as questões que foram discutidas como as que o poderiam ser.**”*
(grifei)

Cabe ter presente, neste ponto, **o que a própria** jurisprudência do Supremo Tribunal Federal **vem proclamando, já há quatro (4) décadas, a respeito da invulnerabilidade da coisa julgada em sentido material, enfatizando**, em tom de grave advertência, que sentenças **transitadas** em julgado, **ainda que inconstitucionais, somente** poderão ser invalidadas

ARE 905212 AGR / RS

mediante utilização de meio instrumental adequado, **que é**, *no domínio processual civil*, **a ação rescisória**.

Com efeito, esta Suprema Corte, **já em 1968**, no julgamento **do RMS 17.976/SP**, Rel. Min. AMARAL SANTOS (RTJ 55/744), **proferiu** decisão **na qual reconheceu** a impossibilidade jurídico-processual de **válida** desconstituição da autoridade da coisa julgada, **mesmo** na hipótese de a sentença **transitada** em julgado **haver resolvido** o litígio **com fundamento em lei declarada inconstitucional**:

“A suspensão da vigência da lei por inconstitucionalidade torna sem efeito todos os atos praticados sob o império da lei inconstitucional. Contudo, a nulidade da decisão judicial transitada em julgado só pode ser declarada por via de ação rescisória, sendo impróprio o mandado de segurança (...).” (grifei)

Posteriormente, em 1977, o Supremo Tribunal Federal, **reafirmando** essa **corretíssima** orientação jurisprudencial, **fez consignar a inadmissibilidade** de embargos à execução **naqueles casos** em que a sentença **passada** em julgado **apoiou-se**, para compor a lide, **em lei posteriormente declarada inconstitucional** por esta Corte Suprema:

“Recurso Extraordinário. Embargos à execução de sentença porque baseada, a decisão trânsito em julgado, em lei posteriormente declarada inconstitucional. A declaração da nulidade da sentença somente é possível via da ação rescisória. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. (...).”

(RE 86.056/SP, Rel. Min. RODRIGUES ALCKMIN – **grifei)**

Vê-se, a partir das considerações que venho de expor, **que não se revela** processualmente ortodoxo **nem** juridicamente adequado **pretender-se** o reconhecimento da **inexigibilidade** de título judicial, **sob pretexto** de que a sentença **transitada** em julgado **fundamentou-se em interpretação diversa**

ARE 905212 AGR / RS

daquela que esta Suprema Corte, **em momento posterior** (*como no caso*), **veio a firmar**.

É que, em ocorrendo tal situação, a sentença de mérito **tornada irrecorrível em face** do trânsito em julgado **só pode** ser desconstituída **mediante** ajuizamento de uma **específica ação autônoma de impugnação (ação rescisória)**, **desde** que utilizada esta, no entanto, *pelo interessado*, **no prazo decadencial** definido em lei, **pois, esgotado referido lapso temporal, estar-se-á** diante *da coisa soberanamente julgada*, **que se revela insuscetível de modificação ulterior, ainda que haja sobrevindo julgamento** do Supremo Tribunal Federal **declaratório** de inconstitucionalidade da própria lei **em que baseado** o título judicial exequendo (*ou veiculador de interpretação divergente*), **como observa** JOSÉ FREDERICO MARQUES (*"Manual de Direito Processual Civil"*, vol. III/344, item n. 698, 2ª ed./2ª tir., 2000, Millennium Editora):

"Passando em julgado a sentença ou acórdão, há um julgamento com força de lei entre as partes, a que estas se encontram vinculadas imutavelmente.

Permitido está, no entanto, que se ataque a 'res iudicata' (...), principalmente através de ação rescisória. (...).

Esse prazo é de decadência e seu 'dies a quo' se situa na data em que ocorreu a 'res iudicata' formal. (...).

Decorrido o biênio sem a propositura da rescisória, há coisa 'soberanamente' julgada, o que também se verifica depois de transitada em julgado decisão declarando improcedente a rescisória." (grifei)

Em suma: o entendimento desta Corte firmado a propósito de determinada questão constitucional no âmbito da sistemática de repercussão geral, veiculador de interpretação da Carta Política em sentido diverso daquele adotado por Tribunal de jurisdição inferior (como ocorre na espécie,

ARE 905212 AGR / RS

tendo em vista o RE 573.232/SC), detém-se ante a autoridade da coisa julgada, que traduz, nesse contexto, limite insuperável à força retroativa resultante dos pronunciamentos que emanam, “*in abstracto*”, da Suprema Corte.

Cabe destacar, no entanto, a ocorrência, na espécie, de situação impregnada de relevo processual, pois, em momento posterior ao da decisão ora agravada, o E. Plenário Virtual desta Suprema Corte, apreciando a existência, ou não, de controvérsia alegadamente revestida de transcendência e observando o procedimento a que se refere o art. 543-A do CPC, entendeu destituída de repercussão geral a questão suscitada no ARE 901.963-RG/SC, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI (em tudo idêntica à matéria versada na presente causa), por tratar-se de litígio referente a tema de índole infraconstitucional.

O não atendimento desse pré-requisito de admissibilidade recursal, considerado o que dispõe o art. 322 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, inviabiliza, também por esse fundamento, o recurso extraordinário que a Caixa Econômica Federal interpôs na presente causa.

Em situação como a que ora se registra neste processo, o Supremo Tribunal Federal tem recusado o apelo extremo, precisamente em razão de a controvérsia jurídica nele suscitada não se qualificar como tema revestido de repercussão geral.

A rejeição, portanto, em causa anterior (ARE 901.963-RG/SC), do pretendido reconhecimento da existência de repercussão geral referente ao mesmo litígio que ora se renova nesta sede recursal impede que se conheça do recurso extraordinário em questão, mesmo porque a repercussão geral supõe, necessariamente, apelo extremo cognoscível, situação de todo inócurrente no caso, em razão de o Plenário Virtual haver qualificado a matéria deduzida nos autos como controvérsia jurídica de perfil infraconstitucional, o que basta, por si só, para afastar a possibilidade

ARE 905212 AGR / RS

processual de reconhecer-se configurada a presença de tema **revestido** de *repercussão geral*.

Cumpre destacar, finalmente, **o que dispõe** o art. 326 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, **que veicula** regra **no sentido** de que a decisão **que proclama inexistente** a repercussão geral, *como aquela proferida* no ARE 901.963-RG/SC, a que **anteriormente** aludi (**em tudo aplicável** ao presente caso), **vale** “*para todos os recursos sobre questão idêntica*”, **tal como tem advertido o Plenário** desta Corte Suprema (**RE 659.109-RG-ED/BA**, Rel. Min. LUIZ FUX), **motivo pelo qual** se mostra evidente **a inadmissibilidade**, na espécie, do recurso extraordinário em causa.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso de agravo.

É o meu voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.212

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

ADV.(A/S) : CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MARCOS ALBERTON

ADV.(A/S) : DENYSE THIVES DE CARVALHO MORATELLI E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires, realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária